

JE

Jornal dos Economistas

Nº 314 Setembro de 2015

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

Sete anos de crise econômica mundial

Reinaldo Gonçalves, J. Carlos de Assis, Roberto Requião, Dercio Garcia Munhoz e Elias Jabbour discutem a trajetória e o estágio atual da crise iniciada em setembro de 2008



Fórum Popular do Orçamento

O impacto da crise mundial nas finanças do estado e município do Rio

Sete anos de crise econômica mundial

Em setembro de 2008, a falência do Lehman Brothers marcou o início de uma crise – comparada à Grande Depressão dos anos 30 – na principal economia mundial. Nos meses e anos seguintes, a crise alastrou-se para outras regiões do planeta e hoje assombra o Brasil.

Reinaldo Gonçalves, do IE/UFRJ, em entrevista, faz um histórico e analisa o impacto da crise em países como EUA, Alemanha, Grécia, China e Brasil. Ele afirma que há alguns anos está em curso um nítido processo de recuperação em muitos países. Mas no Brasil, a crise, que começou como marola, virou ressaca e, atualmente, é tsunami.

O artigo de J. Carlos de Assis, autor de duas dezenas de livros sobre economia política brasileira, faz um histórico da crise e clama pela adoção no Brasil de uma política fiscal anticíclica que enfrente o problema do desemprego, “mandando às favas as agências de avaliação de risco, substitutas privadas do FMI”.

O senador Roberto Requião aponta em artigo o erro que representa a manutenção do chamado tripé econômico – câmbio flutuante, meta de inflação e de superávit primário –, que justifica e legitima a adoção pelo país de taxas de juros surrealistas.

Dercio Garcia Munhoz defende que a economia dos EUA recuperou o vigor interno. No entanto, a locomotiva mundial, ainda que consiga sustentar o próprio deslocamento, não aparenta ter forças para puxar as outras grandes economias.

Elias Jabbour, da FCE-Uerj, afirma em artigo que os dois desafios da China são manter o crescimento do produto nos próximos anos e obter sucesso na difícil transição interna de um crescimento pautado pelo investimento a outro, mais centrado no consumo.

O artigo do Fórum Popular do Orçamento analisa o impacto dos sete anos de crise econômica mundial nas finanças estaduais e municipais do Rio de Janeiro. A conclusão é que aparentemente a crise ainda não chegou ao município, enquanto o estado começou a sofrer os impactos negativos neste ano de 2015.

Sumário

Entrevista: Reinaldo Gonçalves.....	3
“Nos Estados Unidos a crise econômica começou como ressaca em 2008 e, atualmente, é marola. No Brasil, a crise começa como marola, vira ressaca e, atualmente, é tsunami.”	
Sete anos de crise.....	6
J. Carlos de Assis	
Hora de sair do inferno	
Sete anos de crise.....	8
Roberto Requião	
Crise econômica, impasse e colapso da Nova República	
Sete anos de crise.....	11
Dercio Garcia Munhoz	
Economia americana: locomotiva sem poder de tração	
Sete anos de crise.....	13
Elias Jabbour	
Os dois grandes desafios chineses	
Fórum Popular do Orçamento	15
Sete anos de crise econômica mundial e o efeito nas finanças estaduais e municipais do Rio de Janeiro	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30, na Rádio Livre, AM, do Rio, 1440 khz ou na internet: www.programafaixaivre.org.br ou www.radiolivream.com.br

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascountto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães, Sergio Carvalho C. da Motta, Paulo Mibielli Gonzaga. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2014-2016) Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º TERÇO: (2015-2017) Antônio dos Santos Magalhães, Gilberto Caputo Santos, Jorge de Oliveira Camargo – 3º TERÇO: (2013-2015) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2014-2016) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º TERÇO: (2015-2017) André Luiz Rodrigues Osório, Flavia Vinhaes Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º TERÇO: (2013-2015) Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes, Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2014/2017

Coordenação de Assuntos Institucionais: Sidney Pascountto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior, Jose Ricardo de Moraes Lopes e Wellington Leonardo da Silva
Coordenação de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.
Conselho Fiscal: Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo

“Nos Estados Unidos a crise econômica começou como ressaca em 2008 e, atualmente, é marola. No Brasil, a crise começa como marola, vira ressaca e, atualmente, é tsunami.”

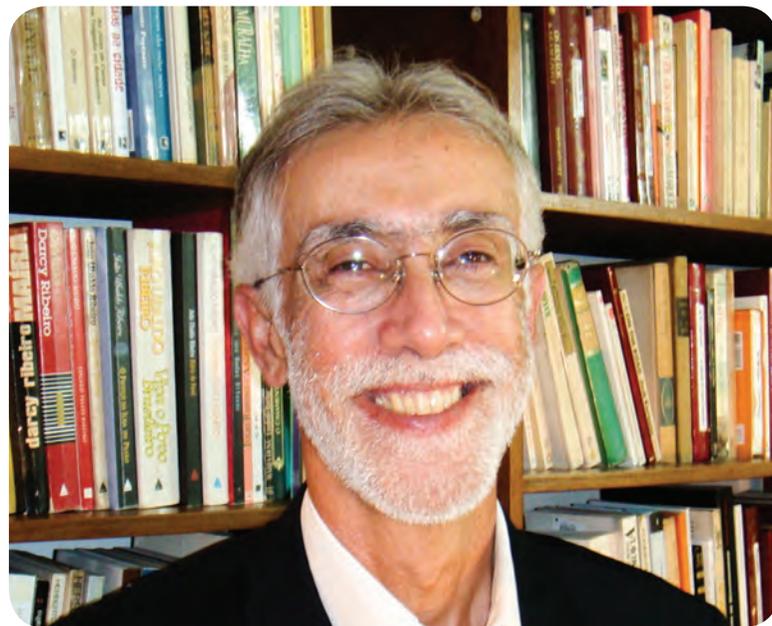
Reinaldo Gonçalves é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e autor do livro *Desenvolvimento às Avessas* (Rio de Janeiro: LTC, 2013). Nesta entrevista, faz um histórico e analisa o estágio atual da crise nas principais regiões do globo e no Brasil.

P: A crise começou há sete anos nos EUA. Como você descreveria a trajetória, a propagação pelo mundo e a intensidade desta crise? Qual é o estágio atual? Quando você prevê uma recuperação?

R: Nos Estados Unidos a crise econômica começou como ressaca em 2008 e, atualmente, é marola. No Brasil, a crise começa como marola, vira ressaca e, atualmente, é tsunami. A crise, cuja origem é a economia dos Estados Unidos, eclodiu no segundo semestre de 2008 e tem tido repercussão global. A transmissão ocorreu via fluxos internacionais de bens, serviços e capital. É uma crise abrangente e atinge tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento. O resultado é que três quartos dos países tiveram taxa de crescimento médio anual do PIB real em 2008-10 menor do que na anterior fase ascendente da economia mundial (2003-07). A crise tem tido grande impacto, visto que, se considerarmos os últimos cinco anos (2011-15), três quartos dos países continuam com taxas de crescimento médio anual do PIB menor do que na fase ascendente (2003-07). No

que se refere aos últimos dois anos (2014-15), as estimativas do FMI são de que três quartos dos países continuam com desempenho inferior a 2003-07. Se, por um lado, é verdade que a fase ascendente foi exuberante pelos padrões históricos (a mediana mundial das taxas de variação do PIB real é 5,0% em 2003-07); por outro, também é verdadeiro que 60% dos países conseguiram se recuperar e têm um desempenho em 2014-15 superior àquele observado após a eclosão da crise (2008-10). O fato é que todos os países foram afetados pela crise. A questão central é a intensidade do impacto e o tempo de ajuste, que variam de país para país.

Embora os resultados sejam muito variados, há alguns anos está em curso um nítido processo de recuperação em muitos países. O fato mais relevante é que a locomotiva mundial (Estados Unidos) e as sublocomotivas europeias (Alemanha e Reino Unido) voltaram aos trilhos e estão com velocidades convergindo para os padrões pré-crise. A sublocomotiva chinesa e o vagão indiano desaceleraram, porém continuam com alta velocidade



de (crescimento do PIB próximo de 7% a.a.). Há outros vagões que, inicialmente, desaceleraram e, depois, descarrilaram. Há vagões de 2ª classe que correm o risco de se transformar em vagões de 3ª classe. O Brasil se enquadra nessas duas situações: descarrilamento com rebaixamento!

P: Os EUA saíram da crise? Quais são os cenários mais prováveis? A crise deixou marcas na economia e sociedade norte-americanas?

R: Os Estados Unidos estão em trajetória de saída da crise. E mais, os Estados Unidos devem ter seu poder econômico aumentado ao longo dos próximos anos. A economia estadunidense já voltou para os trilhos, de forma mais

robusta e dinâmica, e está em velocidade de cruzeiro. Como hegemom e país desenvolvido, os EUA tem o grau de liberdade para usar todas as macro saídas de crise capitalista: gastos governamentais (saída keynesiana); progresso técnico (saída schumpeteriana); aumento da competitividade internacional (saída mercantilista); e gastos bélicos. Em função do conflito de classes, os EUA não tem logrado usar a saída distributiva (redistribuição de riqueza e renda – saída marxista), que estimula a demanda agregada. A avaliação é que o poder econômico dos Estados Unidos aumentou no processo de recuperação após a eclosão da crise global. O mesmo podemos afirmar em relação à Alemanha. O poder é relacional, se alguém perde, alguém ganha.

P: Na Europa, como se deu a propagação da crise? França e Reino Unido chegaram a entrar em crise? Por que a Alemanha resistiu?

R: Em menor medida, o argumento acima (maior poder econômico pós-crise) pode ser estendido para a Alemanha, cujo papel protagônico na Europa é cada vez mais evidente. O fato é que o poder é relacional: quando alguns perdem, outros ganham. Sem dúvida alguma, **o poder econômico (e também político) da Alemanha aumentou na Europa. Ao fim e ao cabo, a questão é a força de resistência e o dinamismo da economia alemã em relação às outras economias europeias, inclusive a francesa.** Para ilustrar, o papel da Alemanha é protagônico no processo da crise grega.

No conjunto das principais economias do mundo, a Alemanha é o país cuja economia mais se fortaleceu em relação ao resto. Esse país, basicamente, mantém em 2011-15 a mesma taxa de crescimento médio anual do PIB real observada em 2003-07. Como a maior parte dos países tem experimentado queda da taxa de crescimento, a Alemanha sobe no ranking mundial (de fato, ganha 19 posições). O segundo melhor desempenho é dos Estados Unidos, que ganha 16 posições no ranking mundial, embora tenha no período 2011-15 uma taxa média de crescimento do PIB (2,2% a.a.) menor do que em 2003-07 (2,9%). Na Europa, França e Reino Unido também logram ganhos relativos. Os perdedores são Espanha e Itália, além, naturalmente, das economias periféricas endividadas da Europa (Grécia, Irlanda e Portugal).

P: Qual é a situação de Espanha, Portugal, Itália e Irlanda? Estão a caminho de uma recuperação?

R: Esses países tiveram grandes perdas de renda após a eclosão da crise em 2008. O processo de ajuste tem tido elevado custo, devido não somente aos desequilíbrios de fluxos e estoque (passivo externo) como também ao reduzido *policy space* e a sérios problemas estruturais. O reduzido *policy space* é consequência do fato desses países pertencerem à zona do euro e, portanto, não terem políticas cambial, monetária e comercial. No processo de ajuste simultâneo (interno e externo), essa deficiência sobrecarrega a política fiscal. Políticas fiscais extraordinariamente restritivas geram não somente problemas econômicos graves (recessão, desemprego, deflação etc.) como também sérios problemas sociais (fragiliza a rede de seguridade social), políticos (maior tensão) e institucionais (perda de legitimidade do Estado, mudanças de governo, protestos populares etc.).

Grécia e Portugal estão, certamente, entre as economias estruturalmente mais frágeis da Europa e, portanto, com menor capacidade de recuperação. Não há dúvida que será um lento e duro processo de recuperação. A avaliação é que **Portugal e, principalmente, Grécia estão com a "síndrome de década perdida". Como mostra a experiência latino-americana, essa "década" pode durar mais de 10 anos.** O fato é que portugueses e gregos cometeram muitos erros de estratégia e gestão econômica. E, ademais, são países com enorme vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira internacional.

P: Por que a Grécia foi o principal país afetado pela crise mundial? Qual é a extensão do dano?

R: **A Grécia é um país pequeno, com grande vulnerabilidade externa estrutural e que se endividou muito na fase ascendente da economia mundial. Famílias, empresas e governo se endividaram em euro. E o euro não é a moeda dos gregos. É a moeda dos alemães. De fato, a Grécia não tem moeda.** Ademais, a Grécia tem características próprias de país subdesenvolvido. O país tem uma matriz de produção atrasada e reduzida competitividade internacional. Ademais, os sistemas social, político e institucional na Grécia têm traços de subdesenvolvimento (por exemplo, patrimonialismo, clientelismo, corrupção, significativas falhas de mercado e de governo). Quando analistas examinam as causas estruturais da crise grega, tem-se a impressão de que estão analisando países como África do Sul e Brasil. É evidente que a crise tem tido impacto devastador sobre a Grécia, inclusive com a degradação do tecido social. Estamos falando de queda de 25% do PIB desde 2008. Como agravante, há o fluxo migratório em massa proveniente da Ásia e do Norte da África. Tragédia grega! Sinceramente, penso que nem mesmo a ressuscitação de Agamenon, Menelau, Ajax e Aquiles resolverá a crise grega nos próximos 10 anos. Recomendo aos gregos o mesmo que recomendo aos brasileiros: estratégia de mudanças estruturais no horizonte de duas a três décadas.

P: A China vai entrar em crise? Qual é o cenário mais provável?

R: A eclosão da crise global em 2008 representa um ponto de inflexão para a China após 30 anos de construção de um capitalismo de Estado e crescimento econômico acelerado. A China está em forte processo de desaceleração des-

de 2012, visto que caiu de taxas anuais próximas de 10% para taxas inferiores a 7%. Já era tempo. Desde 1978 o Partido Comunista chinês tem pilotado o sistema capitalista mais estável, dinâmico e cruel (exploração do trabalhador) da história do capitalismo. Se estivesse vivo, Engels teria se suicidado. E Marx tentaria usar a dialética para responder ao paradoxo: se o melhor capitalismo é aquele pilotado pelo Partido Comunista, será que o melhor Comunismo é aquele pilotado por capitalistas? O leitor pode entender esse paradoxo como uma piada trágica. Durante um século e meio, o conflito capitalismo versus comunismo gerou o sofrimento de centenas de milhões de pessoas.

Após um terço de século, o sistema econômico chinês é cada vez mais capitalista na sua lógica econômica, porém com forte intervenção do Estado assentada no patrimonialismo, na corrupção, no nepotismo e na repressão. Portanto, aos problemas sistêmicos do capitalismo avançado a China incorpora os vícios sociais, políticos e institucionais da periferia.

O primeiro problema do capitalismo é a insuficiência da demanda agregada. **Durante mais de duas décadas, o crescimento econômico da China dependeu significativamente da expansão das suas exportações. A crise simplesmente abortou a trajetória mercantilista chinesa. A crise antecipou o ponto de inflexão da China** na sua trajetória extraordinária de ganhos de poder econômico, principalmente, nas esferas produtiva e comercial. As exportações de bens e serviços perdem força como fatores de crescimento da renda.

A crise global tem funcionado como freio de arrumação para a China. Pelo lado da oferta, o gover-

no chinês tem procurado ganhar musculatura nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e financeira. É uma questão em aberto saber se ele será bem-sucedido, inclusive, via criação de instrumentos financeiros como o Banco Asiático de Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Esses são instrumentos financeiros para alavancar as exportações de bens e serviços chineses. A estratégia da China também envolve o investimento em países africanos (Angola) e latino-americanos (Brasil, Peru etc.) para transformá-los em economias satélites fornecedoras de produtos primários. Por outro lado, os chineses estão sofrendo com os custos de aprendizado da gestão de uma economia capitalista sofisticada. Há incertezas críticas no horizonte: sérios problemas de bolhas de preços de ativos reais e financeiros, endividamento e crescente pressão por aumento dos salários e melhores condições de trabalho. A desigualdade também aumentou e é uma fonte de descontentamento, que aumenta em decorrência da desaceleração econômica. Ademais, a China é uma ditadura controlada por grupos políticos e por um aparato repressivo violento. Sem dúvida, há um potencial de desestabilização interna que pode aumentar. No *front* externo, o cenário dominante é o de estabilidade do poder econômico da China e a desaceleração da econo-

mia chinesa. E quanto mais o capitalismo avança na China, maior é a probabilidade de ocorrência de crises financeiras e reais. A China não escapa do tridente satânico do capitalismo: instabilidade, desperdício e desigualdade. Os chineses estão descobrindo uma máxima do capitalismo e da economia de mercado: não há benefício sem custo.

P: A crise afetou o Japão e países do sudeste asiático?

R: Sem dúvida alguma. Por um lado, essas economias têm modelos *export-led* que fazem com que a crise global impacte na geração de renda com a contração ou menor dinamismo do comércio mundial. Na região, a desaceleração do crescimento tem sido um fenômeno generalizado. Por exemplo, a taxa média de variação do PIB real do Japão foi de 1,8% em 2003-07, -0,9% em 2008-10 e 0,7% em 2011-15. É um lento processo de recuperação. Outros países, como a Coreia do Sul, tiveram suas taxas de crescimento reduzidas à metade. Por outro lado, países do Sudeste Asiático se destacam em termos de competitividade internacional. Na ausência de desequilíbrios derivados do passivo externo, os países do Sudeste Asiático (com destaque para o Japão e China) têm baixa vulnerabilidade ex-

terna. Entretanto, os graus de liberdade desses países tendem a diminuir com o avanço da globalização econômica, tendo em vista, principalmente, o acirramento da concorrência internacional, inclusive, na própria região.

P: A recessão brasileira é consequência da crise econômica mundial ou da política econômica do governo federal? Ou é uma combinação dos dois fatores?

R: O vetor dominante é estrutural (Modelo Liberal Periférico, com o protagonismo do setor primário-exportador), e os vetores agravantes são a mediocridade esférica do governo Dilma (déficit de governança) e a herança desastrosa do governo Lula (reprimarização da estrutura de produção e do padrão de comércio exterior, aumento expressivo do passivo externo, desindustrialização, sobre-endividamento de famílias, empresas e governo, expansão do sistema político patrimonialista e corrupto, etc.). Como mencionado, a crise tem alcance global. Entretanto, países mais vulneráveis são mais afetados. Esse é, precisamente, o caso do Brasil.

A taxa média de crescimento da economia brasileira na fase ascendente da economia mundial (2003-07) foi de 4,0%, em decorrência do ciclo de crescimento dos preços das commodities. Na fa-

se descendente (2011-15), essa taxa caiu para 1,4%. Essa é uma queda significativa. Mais importante é destacar que o Brasil tem perda forte na posição do ranking internacional de taxas médias de crescimento quando essas distintas fases são comparadas. O Brasil ocupou a 116ª posição (painel de 186 países membros do FMI) em 2003-07. No período 2011-15 o país cai para a 135ª posição. O país perde 19 posições. Na fase ascendente, a taxa de crescimento do Brasil é menor do que a mediana mundial (5,0%); portanto, o hiato de crescimento evidencia que o Brasil fica para trás. Com a eclosão da crise há uma desaceleração generalizada; entretanto, a desaceleração da economia brasileira é bem maior do que a ocorrida no resto do mundo. Em consequência, no período 2011-15 o Brasil fica ainda mais para trás: a mediana de crescimento do resto do mundo é 3,3% e o crescimento do Brasil é 1,4%.

Em síntese, entre as duas fases evidencia-se a piora relativa do desempenho brasileiro. Na fase ascendente (2003-07), 62% dos países tiveram desempenho (crescimento econômico) superior ao do Brasil; na fase descendente (2011-15), 73% têm desempenho superior ao do Brasil. Na fase ascendente a diferença entre a taxa de crescimento econômico do Brasil e a mediana da taxa de crescimento do resto do mundo é -1,0%, enquanto que na fase descendente essa diferença aumenta para -1,9%. Ou seja, persiste e agrava-se a piora relativa do Brasil em relação ao resto do mundo, independentemente da conjuntura internacional. Quando o mundo melhora, o Brasil não melhora tanto quanto o mundo; quando o mundo piora, o Brasil piora mais do que o mundo!



Filipe

Hora de sair do inferno



J. Carlos de Assis*

Menos de um mês depois da derrocada do Lehman Brothers e da eclosão da crise financeira de 2008, telefonei ao então presidente do Iedi, Josué Gomes da Silva, sugerindo uma reunião com empresários e especialistas para avaliar a extensão da crise e suas consequências para o mundo e para o Brasil. Josué, um caráter tão bom quanto o do pai, o ex-vice-presidente José Alencar, de quem fui assessor informal, está longe de ser um paladino na luta contra os juros escorchantes, como foi a luta dele. Entretanto, aceitou a sugestão de bom grado.

Lembro disso porque a reunião, a que estavam presentes importantes empresários e economistas neoliberais de projeção, tomou um rumo para mim inteiramente inesperado. Era mínima a consciência da extensão de uma crise que eu via como o próprio inferno, sobretudo de desemprego. A opinião prevalecente é que estávamos numa simples baixa do ciclo econômico que logo voltaria ao normal.

Tudo isso é para acentuar a tremenda alienação a que o neoliberalismo levou milhares de economistas brasileiros e mundiais diante da crise. Não se aceitava a ideia de que o "sistema" pudesse falhar de uma forma tão aberrante. A teoria dizia que os mercados se autorregulavam, portanto tudo voltaria ao normal em semanas ou no máximo meses, como havia ocorrido nas décadas anteriores. Fiquei isolado na minha tese: estamos diante de uma cavalgar mudança de paradigma, da ordem da que ocorreu nos anos 30.

Claro que havia diferenças. A diferença central é que ainda prevaleciam na memória de alguns políticos as teses de um economista chamado John Maynard Keynes. Não só isso. As políticas keynesianas haviam se incrustado na realidade socioeconômica de alguns países e funcionavam como amortecedores da crise. Afundava-se, mas só até certo ponto. Para reconstituir políticas públicas nesse sentido o G-20, nas reuniões de 2009 e 2010 em Washington, Londres e Pittsburgh, sacramentaram as chamadas "políticas de estímulo", revertendo de forma espetacular a crise de 2008. Para alguns, o inferno foi contornado.

Aconteceu então a reunião do G-20 em 2010, em Toronto. Enquanto a linguagem dos comunicados finais anteriores era a da "cooperação e do estímulo", tomou seu lugar, sob liderança da Alemanha, a linguagem da "estratégia de saída" – em inglês, *exit strategy*. Isso foi assumido pelo FMI, pelo Banco Mundial, pela OCDE e pela Comissão Europeia, a despeito do conselho de Barack Obama (e mesmo do Brasil) em sentido contrário. O flagelo do sul da Europa começou aí. E o nosso também, porque não assumimos nossa retórica. Obrigados a reverter as políticas de estímulo a fim de pagar a dívida pública e privada, países como Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda e a própria Itália capotaram, ou estão em curso de capotagem, tendo em vista profundos cortes de investimento e gastos públicos.

Passados todos esses anos, é ainda incrível como os neoliberais não dão o braço a torcer. A crise grega, para eles, não é uma crise de

política econômica estúpida, mas uma crise moral, o que também caracterizaria todo o sul da Europa. A Alemanha, sim, é um exemplo de austeridade para o mundo. Poucos se dão conta de que, desde a introdução do euro, a Alemanha vampiriza a Europa. A nova moeda, constituída como média ponderada das demais moedas do bloco, funcionou como uma desvalorização do marco, estimulando as exportações alemãs. Como o país já era forte em exportações, isso representou um bônus adicional que reforça sua posição de campeão de vendas externas na Europa e no mundo. Com isso, contornou sua crise de desemprego e de queda de renda.

Fora a Alemanha, os outros países que estão se safando da crise de alguma forma são os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá, a Austrália. O que tem em comum? Bancos centrais dependentes de alguma forma do sistema político. Também o Japão tem banco central político, mas a natureza de sua crise é diferente. De qualquer modo, se não tivesse, teria simplesmente naufragado. Um banco central político pode ajudar o Tesouro a promover investimentos públicos e a expandir os gastos sociais. Tudo que os países do euro, exceto a Alemanha, não podem fazer. Daí que a solução óbvia para a crise do sul da Europa é: ou atrelar o euro a um programa de investimentos públicos de larga escala, ou explodir o euro, lançando-o integralmente nos braços do sistema bancário alemão.

A experiência brasileira nesse campo foi esclarecedora. Diante do agravamento da crise mun-

dial e de suas consequências sobre o Brasil, o Governo, a exemplo de outros países do G-20 liderados pelos Estados Unidos, determinou que o Tesouro liberasse 180 bilhões de reais em 2009 e 2010 para o BNDES, a fim de que esse banco reforçasse suas linhas de financiamento para a economia pública e privada. Foi um êxito total. Em 2010, a economia cresceu 7,5%, e a relação dívida/PIB, que supostamente aumentaria com a medida, desabou espetacularmente. Claro, era uma consequência óbvia do crescimento do PIB e da receita fiscal.

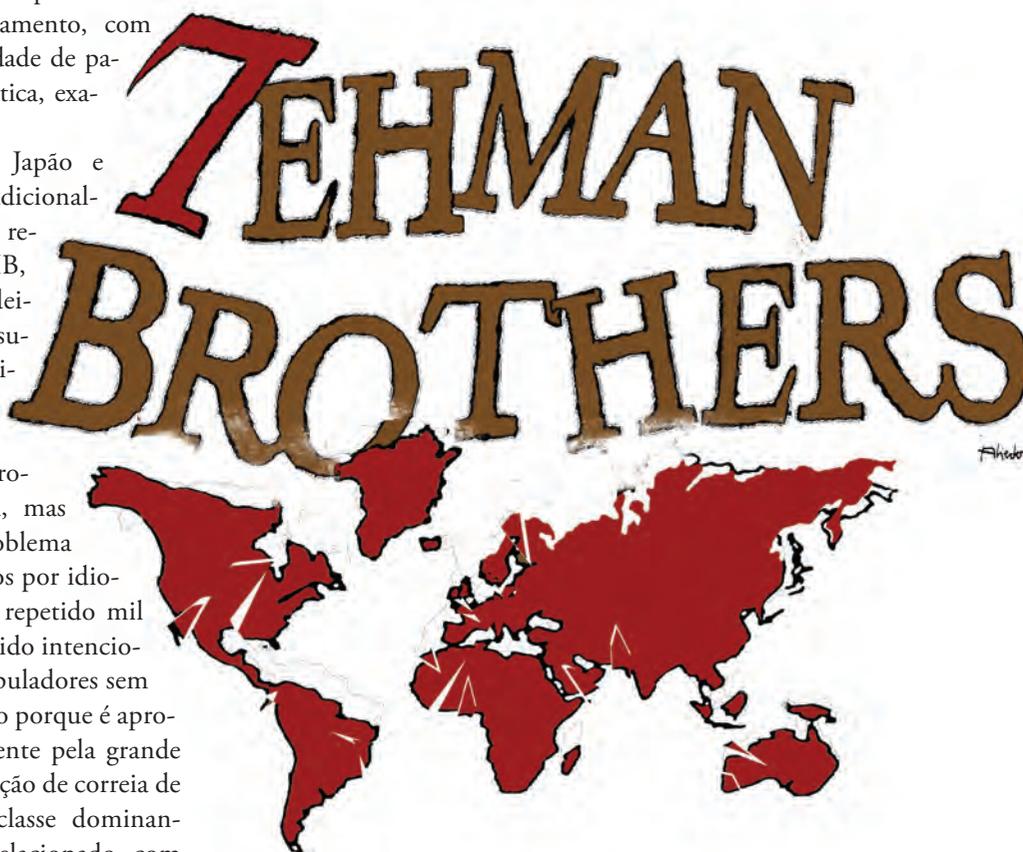
Logo em seguida veio a estupidez. Intimidado diante das agências de risco e de seu inspirador, o FMI, o Governo recuou das políticas fiscais de estímulo, e escalou no antiestímulo monetário, através das pornográficas taxas de juros – conforme diria o vice Alencar. Ora, o remédio keynesiano clássico de curto prazo é expansão monetária e fiscal. Os norte-americanos fizeram e fazem as duas. Em poucos anos desde 2008, o déficit fiscal norte-americano foi a menos de um trilhão de dólares anuais. E a taxa de juros básica é zero por cento. Nós fizemos e continuamos fazendo o oposto disso. Obviamente, não há economia que resista.

Qual é a lógica das agências de risco? Acostumados às técnicas nazistas de persuasão, que a Alemanha atual copia, os economistas neoliberais repetem à exaustão certas palavras e conceitos que o público assimila de uma forma negativa sem possibilidade de crítica. Assim, "desclassificar um país" significa rebaixar sua "nota de bom pagador", o que implica reduzir as disponibilidades de crédito para ele nos bancos e fundos ocidentais. Ora, por que mau pagador? Melhor, o que tem a relação dívida/

PIB, que é o principal indicador usado no rebaixamento, com inflação e capacidade de pagamento? Na prática, exatamente nada.

Países como Japão e Itália têm tradicionalmente altíssimas relações dívida/PIB, e nem por isso deixaram de pagar suas dívidas públicas. Em relação à inflação, o argumento não é propriamente idiota, mas arbitrário. O problema é que, se tomamos por idiota, o argumento repetido mil vezes toma o sentido intencionado pelos manipuladores sem maior contestação porque é apropriado acriticamente pela grande mídia em sua função de correia de transmissão da classe dominante financeira. Relacionado com isso, temos a definição de "superávit primário" como "poupança do Governo" para pagar os juros da dívida. Poucos têm informação suficiente para saber que, na verdade, é um instrumento para contrair os investimentos e gastos públicos, não importando sua essencialidade. Os juros da dívida, como sabia Delfim Netto no tempo em que era desenvolvimentista, se pagam por si mesmos!

Contudo, o que temos a fazer agora é olhar para o passado apenas o suficiente para descortinar o horizonte do futuro. É claro que a premissa indispensável é o enterro definitivo, até um novo ciclo secular de imbecilidade, das políticas neoliberais. Uma vez afastado o risco iminente de impeachment, tendo em vista acordo entre a própria classe dominante, a Presidenta terá, se quiser preservar até o fim o seu mandato, que dar um cavalo de



pau na política econômica, que significa reordenar a economia no sentido do atendimento dos interesses essenciais da população. O primeiro passo é partir corajosamente para uma política fiscal anticíclica, mandando às favas as agências de avaliação de risco, substitutas privadas do FMI. (A transição do FMI para as agências de risco, quando nos liberamos da dívida com o Fundo, foi quase imperceptível; o efeito, porém foi o mesmo.) Podemos fazer isso porque temos folga nas reservas cambiais para recuperar a soberania sobre a política fiscal, monetária e cambial.

Uma política anticíclica tem como foco central enfrentar o problema do desemprego e recuperar os empregos perdidos para o neoliberalismo. Isso teria um efeito virtuoso imediato sobre as expectativas empresariais – isto é, empresas

do setor produtivo, não necessariamente os abutres do setor financeiro, que continuarão com suas intrigas sobre a tragédia que é perder uma "nota" na avaliação das empresas de risco, mandando às favas os efeitos sociais.

Ao contrário dos Estados Unidos e, sobretudo, do Japão, cujas políticas expansivas estão no limite, temos uma imensa fronteira de expansão na indústria básica e na infraestrutura. É aí que temos que ancorar nossas políticas para o futuro. E a estratégia para isso está ao nosso alcance, quase num passe de mágica. Com ela, poderemos sair do inferno.

* É jornalista, economista, professor, doutor pela Coppe/UFRJ e autor de cerca de 20 livros sobre economia política brasileira, entre os quais o recém-lançado *Sete Mandamentos do Jornalismo Investigativo*, pela Textonovo, SP.

Crise econômica, impasse e colapso da Nova República

Roberto Requião*

A crise de 2008 foi muito grave, mas o governo brasileiro conseguiu evitar que a população sofresse suas consequências por sete anos. Por todo esse período, os salários e o emprego subiram continuamente. Isso foi especialmente difícil porque o governo não quis desobedecer aos princípios macroeconômicos básicos instituídos pelo governo FHC: a autonomia do Banco Central e a hegemonia das finanças sobre as determinações centrais da política econômica através do tripé câmbio flutuante, meta de inflação e de superávit primário.

Triapé: a máquina que cria e legitima os juros indecentes

Nenhuma das metas do tripé está relacionada a emprego e crescimento. Portanto, só por acaso poderia levar a eles. Na prática isso só pode acontecer quando o dólar está em processo de valorização nominal. Caso contrário, as metas de inflação e superávit primário são tão exigentes para a situação econômica brasileira que a única forma de atendê-las é com os juros muito altos e recorrentes arrochos fiscais. O tripé é assim a justificativa, o instrumento e legitimação para os juros surrealistas brasileiros.

A inflação brasileira é naturalmente mais alta do que nos países desenvolvidos em razão da elevada indexação da economia, especialmente dos serviços públicos privatizados, da renda mal distribuída – que leva à necessidade de reajustes

salariais acima da inflação – e da baixa competitividade externa da indústria levar o câmbio a recorrentes desvalorizações.

Assim, a menos que o câmbio nominal esteja em permanente valorização – como no período Lula, por causa do aumento dos preços das commodities – a inflação estará sempre próxima do limite da meta. Por isso os juros estarão sempre em elevação ou altíssimos, mesmo com a economia estagnada ou em recessão. Consequentemente, a arrecadação de impostos crescerá pouco e o governo perderá o poder de fazer política fiscal para estimular a economia.

No gráfico abaixo, as barras verdes mostram a grande diferença entre os governos Lula e Dilma: a valorização cambial no primeiro, representada pelas barras para baixo, e a desvalorização no segundo, representada pelas barras para cima.

Nesse contexto, o governo dependerá apenas dos humores do setor privado para estimular a economia. Chama-se isso de política econômica pró-cíclica, quando o governo não tem capacidade de retirar a economia da recessão ou estagnação.

Market Friendly?

O governo Lula nunca afrontou as altas finanças. Dilma chegou a afrontá-las em alguns momentos, além do conhecido esforço de reduzir as taxas de juros entre 2011 e 2012. E foi só por isso que conseguiu evitar que a crise atingisse os salários e os empregos. Ao menos até dezembro de 2014.

É preciso admitir que foi fundamental a ajuda dos chineses nos primeiros quatro anos da crise internacional, quando sustentaram o preço das commodities com sua política de investimento em infraestrutura.

Porém, desde 2012, o preço das commodities está caindo e já atingiu os menores valores em 10 anos. Apesar disso, o governo Dilma, com políticas heterodoxas, conseguiu blindar por alguns anos o salário e o emprego das consequências desse processo e, assim, pôde vencer as eleições do ano passado.

A ajuda fundamental do BNDES

Só escapamos de uma crise econômica por causa do BNDES. Sem ele, o tripé teria colocado a economia brasileira em depressão ainda em 2008, por limitar o governo a fazer política contracíclica.

A resposta dos EUA, Europa, Japão, China e outros emergentes à crise foi invariavelmente déficit público muito elevado e política monetária heterodoxa radicalmente expansionista – os EUA para manter a renda e o emprego em níveis socialmente aceitáveis e a Europa para impedir que toda a economia e Estados-membros entrassem em falência financeira. No Brasil, essas duas saídas foram vetadas pelo tripé. Então, o BNDES cumpriu os dois papéis de política monetária e fiscal.

Para isso, o BNDES foi obrigado a crescer através de um acordo inovador com o Tesouro Nacional, chamado de acor-



do BNDES-Tesouro. Em pouco tempo passou de R\$ 40 bilhões de empréstimos anuais para quase 200 bilhões. Esse modelo foi socialmente mais justo e mais transparente do que os programas de compras de ativos dos países desenvolvidos.

Guerra econômica dos EUA e Europa: sabotagem da recuperação global

A economia mundial não saiu ainda da crise global de 2008 porque as potências ocidentais estão se valendo da crise para justificarem políticas de guerra econômica que desestimulam suas importações e favorecem a criação de excedentes de exportação de manufaturas com o objetivo de barrar a ascensão dos BRICS, mais especificamente da China.

Nos países desenvolvidos, as medidas mais imediatas contra a crise de 2008 foram políticas monetárias altamente expansionis-

tas para desvalorizar o câmbio e o custo do investimento. O Ministro Guido Mantega, desde o início, acusou essas políticas de serem formas de *Beggary neighbour*, empobrecer seu vizinho ou exportar desemprego. Por ser verdade, ele foi muito criticado pela nossa imprensa por essas revelações incômodas às potências ocidentais.

Os EUA iniciaram essa política ao reduzirem a taxa de juros a zero. Foram copiados por Europa e Japão. Mas a guerra econômica não se restringiu à política monetária. As velhas potências industriais em crise também cortaram direitos trabalhistas e contribuições sociais em folha para baratear o custo do trabalho e aumentaram o cipoal de regras protecionistas para afastar manufaturas vindas dos países emergentes.

Os EUA utilizaram ainda de forma muito eficiente a proibição da exportação de petróleo e gás natural ao mesmo tempo em que ofereceram generosos incentivos financeiros e fiscais para a produção de hidrocarbonetos não convencionais, criando a revolução do xisto (folhelho betuminoso). Com isso os preços do petróleo e, especialmente, do gás natural se tornaram substancialmente mais baratos nos EUA do que no resto do mundo, gerando assim um significativo diferencial de custo em favor da indústria americana.

Saída chinesa e dos Brics: cooperação para recuperação global

No auge da crise global, o Ocidente pede ajuda no G20 para que os emergentes estimulem sua demanda e assim ajudem o mundo a se recuperar. Liderados pela China, os BRICS cumprem seu papel solidário às velhas potências,

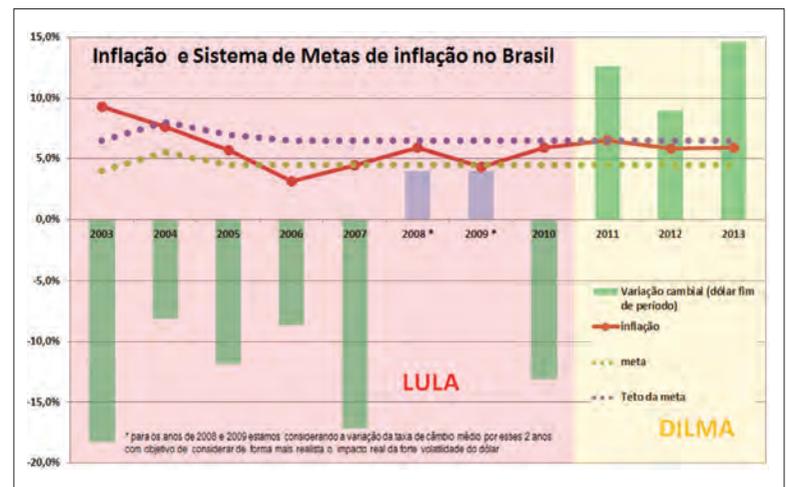
e são fundamentais para recuperação que se segue. Porém as potências ocidentais fizeram o contrário, guerra econômica, sabotando a saída da crise global.

Mantega reage à guerra econômica e à desindustrialização com ganhos para trabalhadores

Em 2011 o mundo ainda estava em crise. A partir de 2012, o preço das commodities começou a cair. Dilma não é “pé quente” como o Lula. Não pôde contar nem com o câmbio competitivo, como em 2003 a 2006, e nem com preços das commodities crescentes como em 2006 a 2010. Para manter os salários e empregos em crescimento, precisou trabalhar no limite das metas. Conteve as tarifas de serviços públicos e reduziu os impostos da cesta básica e outros produtos para barateá-los.

A política de contenção de tarifas e preços foi correta e essencial para que a Dilma pudesse dar continuidade às conquistas do governo Lula. Mas não apenas isso. Essa política permitiu que fosse parcialmente corrigido o maior erro da era Lula, a valorização cambial. Dilma foi a primeira presidente da Nova República a ter uma política focada em combater a desindustrialização. Isso ocorreu direta e indiretamente, por via da contenção de preços. Ao reduzir a inflação, permitiu-se que o câmbio fosse desvalorizado sem que isso implicasse em rompimento da meta de inflação.

Com isso o governo fez a proeza de desvalorizar o câmbio ao mesmo tempo em que melhorava salários, emprego e serviços públicos e sem romper as metas do tripé. Graças a isso, Dilma conseguiu estancar o processo de desindustrialização, como se pode



ver no gráfico abaixo, sem romper com os compromissos sociais, como muitos sugeriram.

Uma das políticas mais inovadoras e mal compreendidas do governo foi a desoneração da folha de pagamentos. Ela tem um efeito similar à desvalorização cambial em termos do custo em dólar da geração de empregos industriais, mas sem impacto negativo sobre a inflação. Ao contrário, é positivo. Muitos economistas temem que ela prejudique o financiamento da previdência, apesar de sabermos que, no mundo inteiro, o déficit na previdência é sempre financiado parcialmente pelo Tesouro, e que essa é uma forma de financiamento socialmente mais justa do que a tributação sobre a folha de pagamento, porque a previdência seria, assim, financiada parcialmente por impostos sobre a renda, o patrimônio ou o consumo e, portanto, atinge relativamente menos os trabalhadores do que se fosse sobre a folha de pagamentos. Devemos citar também nessa linha o Reintegra, o Inovar-auto e diversas outras políticas dentro do guarda-chuva do Plano Brasil Maior, que tiveram um impacto importante sobre a competitividade da indústria bra-

sileira. Dilma empreendeu a política industrial mais ativa entre os presidentes eleitos desde JK. Mas ainda foi insuficiente perto do que fazem nossos concorrentes.

Impedindo a recessão

As políticas de reação à guerra econômica foram importantes para combater a desindustrialização e o déficit no balanço de pagamento, porém têm impacto relativamente baixo em estimular a demanda, que estava se desacelerando desde 2011.

O maior erro da política econômica da Dilma foi o exagero no corte de gastos e aumento dos juros no primeiro semestre de 2011. Isso comprometeu todo o mandato, porque não pudemos contar com um cenário externo favorável. Uma vez colocado o crescimento no chão, o tripé passa a ser uma camisa de força que obriga o governo a ter uma política econômica “pró-cíclica”, e, no caso, estagnacionista, a menos que adote instrumentos considerados “heterodoxos”.

A queda da demanda e a política tributária de estímulo à industrialização reduziram a taxa de crescimento da arrecadação. Porém, ao invés de cortar investimentos e gastos sociais, como

foi exigido pelo setor financeiro, Mantega e Arno Augustin optaram, sabiamente, por buscar receitas extraordinárias, adiantamentos de receitas e reduções efetivas na meta de superávit. Essas políticas foram indevidamente chamadas de “contabilidade criativa”.

Graças a elas, pudemos continuar avançando nos investimentos sociais e infraestrutura, na geração de empregos, nos salários, nos investimentos e estimular a indústria, resistindo à guerra econômica e à desindustrialização, sem romper com o tripé.

A aposta do futuro: Pré-Sal + BNDES financiando infraestrutura

A aposta da Dilma até 2012 foi a redução das taxas de juros. Quando percebeu que o tripé inviabilizaria essa aposta, Dilma concentrou suas esperanças de crescimento na maturação dos investimentos da Petrobras e dos programas de concessão de infraestrutura com financiamentos do BNDES. Esses investimentos não sofriam com as limitações do tripé.

Essas iniciativas, além de gerar demanda para sustentar a economia, tinham outras funções. As concessões melhorariam as condições de custo e qualidade da infraestrutura. A Petrobras, pelo volume de investimento, era o principal instrumento público de geração de demanda e, portanto, de emprego. Era também o principal instrumento de política industrial, em razão da política de conteúdo local. O essencial, porém, era a meta de produção de petróleo, que atingiria 5,5 milhões de barris até o final da década, o que seria uma redenção nacional mais significativa do que foi a ascensão da China e das commodities entre 2006 e 2012.



Levy e Lava-Jato

Essas grandes apostas para escapar do tripé foram desmontadas pela Lava-Jato e pelas limitações aos bancos públicos inventadas pelo Levy. Elas comprometeram o financeiro da Petrobras, das construtoras e dos projetos.

Levy investiu contra os instrumentos que permitiam contornar as limitações do tripé. Isso – junto ao ajuste fiscal, o aumento dos preços administrados e o grande aumento dos juros – produziu uma recessão muito maior do que o colapso financeiro de 2008 e que está prometendo ser a maior da nossa história.

Tripé e as saídas

O tripé impede o governo de fazer política fiscal e monetária, a menos que o câmbio se valorize. Se não for rompido, ele gerará mais três anos de recessão. A alternativa é refazer o acordo BNDES-Tesouro para reerguer as finanças da Petrobras. Sou autor de um projeto de lei com esse objetivo.

Colapso da Nova República

Se Dilma insistir em manter o tripé e em barrar as alternativas através dos bancos públicos e a Petrobras, em breve a recessão será tão profunda, que só será possível sair da crise da forma óbvia, com

um grande déficit público primário, porque a saída pela redução dos juros e pelo financiamento público às estatais tem uma maturação lenta em termos de efeitos sobre o emprego. O problema é saber se a Dilma terá a legitimidade para fazê-lo, depois de muito tempo em recessão e fiando o resto de sua governabilidade no apoio do setor financeiro.

Se Dilma não tiver disposição e nem legitimidade para enfrentar o dogmatismo financista do tripé, a atual oposição, uma vez no governo, enfrentará? Depois de tecer tantas loas ao tripé, o PSDB vai acabar com ele, uma vez no governo? Se não enfrentarem isso, sofrerão a mesma crise de legitimidade que hoje a Dilma enfrenta.

Depois que o povo sentiu o gosto da prosperidade, nos últimos anos, não vai acreditar que o desemprego e o arrocho salarial sejam inevitáveis. Difícil acreditar que, uma vez no governo, a oposição terá sabedoria ou interesse de manter essa prosperidade.

Além disso, a própria ascensão do PSDB ou do PMDB ao poder por meio da quebra do mandato de Dilma seria um quase insuperável obstáculo à legitimidade. Afinal, esses partidos também são conhecidos pelos graves casos de corrup-

ção. Além disso, está sendo difícil esconder que o processo de tentativa de derrubada da Presidenta tem sido maculado por parcialidade e hipocrisia, não só por parte da imprensa, mas até também por instituições que deveriam zelar pela imparcialidade. Elas próprias têm perdido a legitimidade em razão de terem se tornado órgãos superpoderosos com remunerações que superam a legalidade e não fazem questão de mostrar coerência e prestar contas. PMDB ou PSDB, no poder, vão conviver harmoniosamente com essas instituições ou entrarão em conflito com elas?

A direita está claramente questionando a legitimidade das instituições, da democracia e do modelo político da Nova República e para isso está usando as próprias superentidades de controle, investigação e punição criadas por essa mesma Nova República. Com isso, estão finalmente destruindo a legitimidade dessa mesma Nova República frente à esquerda. O povo acabará embarcando em uma versão ou outra depois que começar a perder emprego e o poder de compra, retirando também a credibilidade que ele ainda deposita na nossa democracia.

Tudo isso porque a Nova República tem se mostrado incapaz de substituir um modelo econômico primário, como o tripé, para que a economia volte a gerar empregos, e que só existe para justificar juros indecentes. Se nada mudar, essa submissão da nossa democracia às imposições do setor financeiro acabará por destruí-la. E se isso acontecer, certamente o tripé e os juros indecentes também perecerão...

* É senador da República, em seu segundo mandato. Foi governador do Paraná três vezes e prefeito de Curitiba. É graduado em Jornalismo e em Direito com especialização em Urbanismo.

Economia americana: locomotiva sem poder de tração

Dercio Garcia Munhoz*

Achegada do novo milênio trouxe muitas esperanças e a expectativa de que a economia mundial consolidaria os avanços alcançados na segunda metade dos anos 90, superando as incertezas que marcaram grande parte da década de 80.

Mas o que sucedeu foi surpreendente, inesperado, porque derrubava verdadeiros dogmas: a China, que já há várias décadas registrava taxas de crescimento da ordem de 10,0% a.a., mas mantendo uma estrutura produtiva padrão periferia, explodia investimentos na infraestrutura e na modernização e diversificação industrial a partir de 2004/05, e invadia os mercados mundiais com manufaturas mais sofisticadas. Um fato tão extraordinário que, no grupo de grandes potenciais industriais, apenas a Alemanha conseguiu impedir que as conquistas da China se fizessem com redução de seu espaço nos mercados para maquinaria e material de transporte. A contrapartida no tabuleiro da economia mundial foi que até a reluzente economia americana passou a perder brilho, e a antiga e invejada locomotiva dava sinais de fadiga e impotência.

Na segunda metade da década inicial do milênio, a economia mundial, insegura, balançava sob as pressões da crise do subprime, de 2007/08. E o recuo da produção e do emprego, funcionando como causa e efeito da queda no comércio internacional, foi um fenômeno praticamente genera-

lizado, com apenas a China conseguindo manter taxas de crescimento excepcionais, em torno de 10,0% a.a..

Passados sete anos do pesadelo de 2007, com a economia chinesa marchando num patamar mais modesto, de 7,5% a.a., e com o mundo retomando um ritmo de crescimento aparentemente mais estável, pergunta-se: E agora, que condições estariam envolvendo a economia mundial? Que caminhos futuros se pode esperar? Conseguiriam os Estados Unidos alcançar um ritmo de crescimento mais desvinculado de oscilações do resto do mundo, voltando a funcionar como a veloz e resistente locomotiva presente nas décadas passadas?

A retomada do crescimento da economia americana

Depois da estagnação da economia mundial que se seguiu ao tsunami de 2007/08, a incerteza nas taxas de crescimento tornou-se presente em todos os países, e, com ênfase, nas grandes nações industriais do Ocidente. Ressalva-se a *outsider* China, que, mesmo recuando suas taxas de crescimento num processo de transição para maior participação do mercado interno, conseguia manter uma expansão em torno de 10,0% a.a.. Esse quadro evolui, todavia, no triênio recém-findo, com a expansão da economia chinesa recuando para taxas próximas de 7,5%. Mas também surgiu uma diferenciação profunda dentre os membros do antigo trio-de-ferro, já que a economia americana se



destacou do bloco ao manter repetidamente, entre 2012 e 2014, taxas anuais de crescimento próximas de 2,5%, enquanto seus parceiros se enredavam, com reduzido ritmo de expansão, ou mesmo simples estagnação. E as estimativas para 2015 – a essa altura, já consideradas excessivamente otimistas, dentro do quadro menos alentador – 3,3% de crescimento dos Estados Unidos, 1,6% para a Alemanha e 0,8% para o Japão, parecem confirmar o divórcio entre os percursos das três nações, com um enfático destaque favorável à economia americana. Fenômeno que confirmaria que a locomotiva, aparentemente com vigor suficiente para sustentar o próprio deslocamento, não mais teria forças para puxar outras grandes economias. A ressalva quanto à suposta autossuficiência seria em relação à incógnita sobre quanto uma desaceleração mais forte da economia chinesa impactaria o conjunto da economia ocidental,

e inclusive a economia americana – o que mais se pode temer no panorama mundial no presente.

Difícil prever a economia americana, dado o risco chinês

Uma desaceleração maior da economia chinesa e seu impacto sobre as demais economias é a questão vital. E o que estaria ocorrendo de extraordinário agora, e que coloca um ponto de interrogação em todas as cabeças, é que a economia chinesa dá indícios de estar abandonando o mais recente patamar de expansão de 7,5%, sustentado no triênio 2012/2014, para um nível mais modesto, pouco abaixo de sete por cento. Sendo irrelevante considerar que esse patamar reduzido ainda possa ser invejado pelo restante do mundo.

E a questão da China é que ela mesma depende da economia mundial, como grande exportadora, já que a explosão de seu crescimento desde 2004/2005 se lastreava num aumento continuado nas exportações, cuja participação no mercado mundial mais que triplicou entre 2000 e 2014, alcançando 12,3% no último ano. E, de grande relevância, o fato de que o impulso maior vinha de um extraordinário ritmo de aumento da produção e exportação da dinâmica indústria de máquinas e material de transporte – que ocupava uma faixa de 3,1% do mercado mundial em 2000, e já em torno de 17,5% nos anos mais recentes. E o fato é que as exportações mundiais de forma global, e mais especificamente as exportações de manufa-

turas, ou apenas de maquinaria e material de transporte, encontram-se estagnadas desde 2011; e tanto o volume das exportações como os preços recuam na primeira metade de 2015, evidenciando que a queda nos preços de commodities estaria afetando diferentes economias ditas emergentes, e sua capacidade importadora. Nada mais preocupante, pois uma queda nas taxas de crescimento da China para algo entre 3,0 e 4,0% anuais – limites que inevitavelmente se terá de admitir no médio prazo – hoje poderia abortar a retomada do crescimento dos Estados Unidos, e aprofundar um quadro de estagnação/recessão no restante do mundo.

E não se pode ter ilusões quando ao comportamento da economia chinesa para o futuro. Isso porque a relação exportação de maquinaria e material de transporte/PIB daquele país, que saltara desde os 4% em meados dos anos 90, estabilizou-se em torno de 11/12% desde 2009, naquilo que seria um coeficiente estrutural. E dificilmente se poderá esperar avanços nas exportações de manufaturas ditas dinâmicas, garantindo o maior dinamismo à economia chinesa. Isso quando se constata que a relação exportação de maquinaria e material de transporte/exportação de manufaturas, no caso da China, cresceu aceleradamente desde meados dos anos 90, mas estabilizou-se desde 2004/05 num patamar pouco acima de 50% – uma relação que também se poderia dizer estrutural; descrevendo, pois, uma função logística, praticamente encostou nos coeficientes da Alemanha e dos Estados Unidos. Situando-se, assim como os demais parceiros, abaixo do coeficiente no Japão – estabilizado em torno de 65%, talvez em razão de concentrar uma



indústria menos diversificada, e mais assentada nos setores manufatureiros mais dinâmicos.

Impotência e fragilidade da economia americana

O novo quadro da economia mundial após a rápida transformação da China na maior exportadora do planeta, alcançada em 2009, e a tendência de continuada queda, em degraus, no ritmo de crescimento de sua economia, trouxe uma realidade inquietante. Mesmo porque foi nesse contexto que a economia americana se revelou incapaz de atuar como uma força estabilizadora, dada a impotência da antiga locomotiva numa economia mundial maior, mais complexa, e com outros atores também de grande peso.

E a economia dos Estados Unidos tem grande dependência do comércio exterior (o peso das exportações passou de 7,4% em 2006 para 9,5% em 2013-14) – o que talvez explique, ainda que parcialmente, o maior dinamismo dos Estados Unidos em anos recentes. Mas as demais economias industriais do ocidente encontram-se estagnadas, assim como o comércio internacional, e com os mercados sob pressão das exportações chinesas. Os espaços externos, restritos, estão, portanto, ocupados e sob tensão.

Internamente a economia americana é vigorosa. Mas talvez pela desvalorização do fator trabalho, facilitada pela maior presença de mão de obra de imigrantes com menor qualificação ou ainda em situação irregular, o mercado interno – turbinado que é pelo consumo das famílias – pode não recuperar

todo o seu papel de indutor.

Mas nem todos os fatores presentes geram expectativas menos otimistas. Pois não se pode menosprezar o fato de que foi após queda nos preços das commodities – e preços de petróleo com ênfase maior – na segunda metade dos anos 80, e que agora se repete, que a economia mundial ingressou numa etapa mais estável de crescimento.

A realidade presente se apresenta complexa e também contraditória. Quando vários fatores alimentam dúvidas, outros sinalizam em sentido contrário. E será da conjugação de tais forças, com resultados imprevisíveis no presente, que se espera caminhos menos incertos para a economia americana e o conjunto da economia mundial na segunda metade da década.

* É economista.

Os dois grandes desafios chineses

Elias Jabbour*

É interessante notar a indignação da grande imprensa nacional e internacional, e suas sucursais de economia, à resposta do governo chinês em intervir diretamente em seu mercado de ações e desinflar uma bolha especulativa. Entre perguntas e (não) respostas, mais uma vez em questão estava o “insustentável modelo chinês”, seu “prazo de validade” e o “crime” cometido pela intervenção estatal, agora não mais restrito ao controle dos dois preços básicos da economia, de proibir suas empresas de moverem posições no mercado. A bolha desinflou e na semana seguinte houve a notícia de um segundo trimestre com crescimento ligeiramente acima do esperado, cravado em 7%. O Estado, a mando de seu Príncipe Moderno (Partido Comunista da China - PCCh), havia assim “retornado ao local do crime”.

Já no Ocidente as democracias liberais avançadas “civilizadas” e “civilizatórias” vivem numa encruzilhada já percebida por Alvin Hansen, ainda em 1938, na possibilidade/realidade de uma “estagnação secular” como expressão de um processo de quase quatro décadas, resultado de migração produtiva de cadeias produtivas norte-americanas de um lado, enquanto, por outro, seus braços financeiros passaram a gerenciar a grande finança e a moeda universal. Não esperaríamos resultados diferentes de anos e anos de institucionalização da securitização em escala global, comandado – pela grande finança – da osmose da circulação de capital entre praças financeiras, afetando taxas de

câmbio de terceiros países e impondo reorganização das regras de concentração patrimonial e de elevação da sofisticação do sistema de pagamentos, também em escala global.

O quadro institucional do *finance-led* em escala internacional, antes de entregar uma nova era de prosperidade, deveria convergir numa “democracia de mercado” pronta para entregar sentenças dostoievskianas como as experimentadas pela América Latina e África na década de 1990 e a Grécia hoje; causa e consequência de um mundo cada vez mais instável comandado por agências de risco, prontas a afundar o mundo, porém com poder de veto sobre governos e com um Banco Central Europeu transformado numa SS alemã.

Estaria fugindo da proposta original sobre a possibilidade de a China ser engalfinhada pela crise? A resposta é não, pois é neste mundo, e neste entorno, que a governança chinesa tem-se desdobrado para entregar os 13 milhões de empregos anuais necessários para manter uma estabilidade social mínima ao cumprimento de sua grande estratégia nacional e socializante para os idos de 2050. Como o maior exportador e importador do mundo, seria uma ingenuidade afirmar que o país não sentiria os efeitos de uma estagnação secular pronta a se impor no mundo. Vejamos, um ano antes da crise (2007), o crescimento do PIB chinês alcançou a impressionante marca de 14,2%. Manteve média próxima de 9,5% entre 2008 e 2011 e desde então passou-se a induzir algo mais próximo de um “ponto de equilíbrio

dinâmico”, caindo para 7,4% em 2014, previsão de 7% para 2015 e 6,8% em 2016.

Nesses dados já é evidente tanto o impacto do ambiente internacional quanto da correção interna de rumos, especialmente sobre o quase esgotamento de capacidade de endividamento em nível provincial – notadamente o desequilíbrio mais notável de décadas de prática de descentralização do próprio investimento no país e a utilização do critério “investimento” como meio de avaliação de governança local, critério primário a carreiras mais promissoras no âmbito do Estado e do PCCh.

Logo, creio que duas duras travessias desafiam os competentes sucessores de Mao Tse-tung. A primeira é o da manutenção da atividade e do crescimento do produto nos próximos anos. A segunda é o de obter sucesso na difícil transição interna de um crescimento pautado pelo investimento a outro, mais centrado no consumo.

No imediato não existe outra alternativa a não ser lançar mão do mais do mesmo de sua força de intervenção sobre os instrumentos cruciais do processo de acumulação. O “retorno ao local do crime” já está sacramentado com a desvalorização em 1,86% do yuan. E deverá continuar com mais um pacote de estímulos sob a forma de grandes investimentos em infraestruturas até o final deste ano. Evidente que isso tudo é contraditório com uma estratégia de mudança de paradigma interno, alimentando uma subjetividade viciada no investimento, o que dificulta a transição à mobilização





de poupança ao consumo. Está a troca do longo prazo pelo curto prazo como um preço a ser pago, ainda a ser calculado.

Na outra ponta, tenho dito e escrito que a China passa pelas dores do parto de um grande processo de transição. Desde a fundação da República Popular seu crescimento econômico é sustentado por altas taxas de investimento, chegando no patamar atual de 48,5% em 2014. O sacrifício ao consumo é perceptível numa relação com o PIB de 35%. Entre os antigos Tigres Asiáticos, esta relação é de 55%, enquanto que nos países desenvolvidos a mesma é de 60%. O desafio é o da transição, que já ocorre, de um crescimento de tipo quantitativo para outro de caráter qualitativo. Num quadro de trânsito deste, o crescimento de dois dígitos é coisa do passado. Não volta. E como em toda transição, a incerteza e o “próximo passo” guardam impactos sobre o crescimento. Nada fora do normal, diga-se de passagem.

O observador mais atento a estratégias comparadas de desenvolvimento deve se concentrar nes-

te grande movimento estratégico chinês. O desafio do consumo é o mesmo da construção, para os próximos 20 anos, de um poderoso Estado de Bem-Estar Social com características chinesas. É sobre essa contenda interna que se debruçam os mais brilhantes planejadores econômicos do mundo moderno a serviço da Comissão Nacional de Planejamento da República Popular da China. A comparação deste movimento chinês com o verificado nas democracias ocidentais “civilizadas” e “civilizatórias” é irresistível. A civilização comandada pela grande finança encontra-se numa luta sem quartel contra direitos sociais históricos. Este quadro de grande estratégia pode ser completado com a unificação do território econômico chinês – também previsto para as próximas duas ou três décadas – com impactos ainda a serem apreciados, mas bem próximos dos vividos pelo mundo com a congênere norte-americana ocorrida na segunda metade do século XIX.

Como se percebe, o mundo e a China veem-se diante de desafios que se entrecruzam. Em am-

bos os casos, urgem transformações de fundo. No ocidente, os liberais que adentraram o quarto das crianças passaram a ocupar a sala de jantar. A estagnação secular é um fato conseqüente desta estrutura apodrecida da ordem monetária internacional. Não acredito que será desta vez que as previsões catastróficas sobre o futuro imediato do “modelo” na China, deverão se concretizar. A falta de criatividade dos analistas de mercado, neste aspecto, é de assustar, num claro exemplo de utilização da “ignorância como argumento” (Engels).

Na China, em perspectiva histórica, a socialização dos meios de produção (Mao Tse-tung) foi seguida pela socialização do investimento (Keynes) como política oficial de um poderoso Estado. Estado este assentado sobre 149 conglomerados empresariais estatais situados nos pontos nevrálgicos da estrutura produtiva do país, monopólio quase exclusivo sobre o sistema financeiro doméstico e a política monetária. Além de uma ampla base política/institucional formada no bojo de seis décadas

de exercício de poder pelo PCCh sobre um Estado Nacional unificado antes do nascimento de Cristo. Onde a planificação, sob os auspícios do modo de produção asiático, é ampla prática milenar de um governo chamado a utilizar esta precoce experiência de planificação de grandes obras hidráulicas à reprodução de sua base formada por milhões de famílias camponesas inseridas em uma economia de mercado, que por seu turno, deu seus primeiros sinais de aparecimento há 3.500 anos.

Compreender as minúcias do funcionamento do modo de produção asiático e perceber o socialismo de mercado como expressão moderna deste antigo modo de produção é um passo interessante à compreensão do que se passa na cabeça dos dirigentes chineses. Um bom antídoto contra quem anda percebendo muita ignorância em geniais argumentos. Repetidos mil vezes...

* É professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-Uerj) e autor de *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado* (Anita Garibaldi-EDUEPB, 2012).

Sete anos de crise econômica mundial e o efeito nas finanças estaduais e municipais do Rio de Janeiro

Desaceleração da economia brasileira, queda nos preços do barril de petróleo e redução dos investimentos no setor de óleo e gás são desdobramentos da crise internacional que emolduram as contas públicas estaduais e municipais. Além destes, a situação financeira também é afetada pela inter-relação do financiamento da infraestrutura – sobretudo para a realização da Copa do Mundo/2014 e a implementação das Olimpíadas Rio/2016 –, via aumento da dívida pública, com a postura do principal credor, a União, em processo de ajuste fiscal.

Diante desse cenário, que medidas foram tomadas pelas autoridades estaduais e municipais ao longo dos anos? Para tanto, buscamos os dados orçamentários a partir do início da crise das rubricas mais sensíveis aos seus efeitos. Na receita, a arrecadação do imposto-termômetro da atividade econômica, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); os recursos oriundos dos royalties de petróleo; transferências governamentais e ope-

rações de crédito. E, na outra face orçamentária, as despesas com pessoal, dívida e investimentos.

Em virtude da diferença de acesso às informações, os dados estaduais são anuais, exceto o primeiro gráfico, que se refere aos primeiros quadrimestres de cada exercício de 2008 a 2015 – todos foram corrigidos para maio de 2015, já os municipais são anuais (de 2007 a 2014) e atualizados monetariamente para junho do mesmo ano, todos pelo IPCA.

As finanças estaduais

Os efeitos da crise são percebidos no comportamento das suas principais receitas: ICMS e Royalties do Petróleo. A arrecadação do 1º quadrimestre deste ano aponta para o pior desempenho nos últimos oito anos. Em comparação a 2014, a queda real nas receitas de ICMS foi de 11% e nas receitas provenientes de royalties do petróleo foi de 32%. Perda de R\$1,85 bilhão só no primeiro quadrimestre de 2015. Não obstante o desempenho fraco do ICMS, a recei-

ta tributária total ainda se mantém com crescimento real de 9% em relação a 2014 em função do crescimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que teve uma política arrecadatória agressiva.

O Gráfico 1 detalha a evolução dessas receitas e a tendência de retração.

Se por um lado as receitas vão seguindo com fraco desempenho, como reflexo da desaceleração da atividade econômica, as despesas continuam crescentes. A evolução das duas maiores despesas, pessoal e pagamento da dívida pública, tem significativo crescimento no período de 2008 a 2014. As despesas de pessoal apresentaram crescimento real de 38,4% no período e as despesas com juros e amortizações cresceram 40,6%. Em 2014, a soma dessas duas despesas já corresponde a 87% da arrecadação de ICMS. O Gráfico 2 mostra a evolução dessas despesas comparativamente à receita de ICMS.

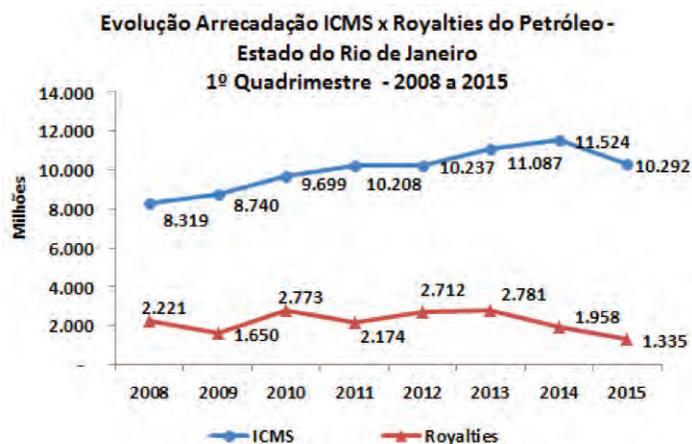
Além das despesas com a folha de pessoal e o serviço da dívida

pública, outras também são forçosamente executadas por possuírem vinculações constitucionais, como as transferências aos municípios, a aplicação de 12% das receitas tributárias e transferências na Saúde e 25% dos impostos no Ensino. Considerando que as vinculações variam conforme a evolução da receita e as despesas de pessoal crescem vegetativamente, a margem para redução e a possibilidade de implantação de um ajuste fiscal, via despesa, têm sua margem cada vez mais reduzida, desconsiderando-se os investimentos. Aliás, nesta despesa é que encontramos a opção governamental de realizar o seu ajuste fiscal – os crescentes investimentos, a partir de 2012, foram praticamente sustentados por operações de crédito, conforme o Gráfico 3 evidencia.

As finanças municipais

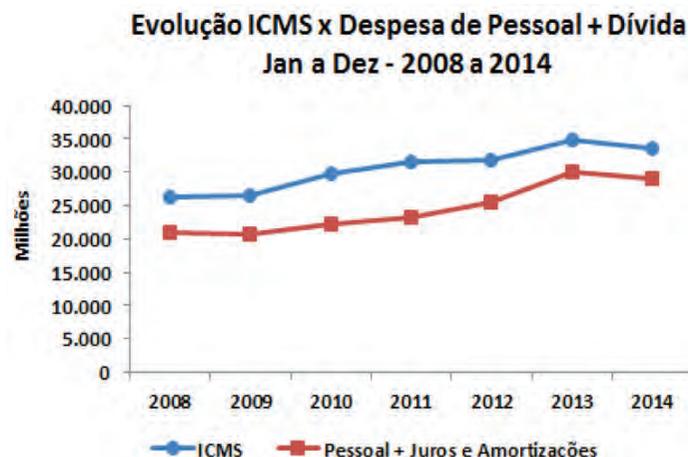
Ainda não são perceptíveis os efeitos da crise nas finanças municipais, pois o desempenho do total da arrecadação revela um acréscimo de 96% de 2007 a 2014, com

Gráfico 1



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Estado do RJ. Elaboração FPO.

Gráfico 2



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Estado do RJ. Elaboração FPO.

previsão de aumentar mais 15% em 2015. Liderada pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), a receita tributária própria registrou um aumento de 68%. Detalhe: os principais responsáveis pela arrecadação no último ano foram os planos de saúde, com R\$266.079.000.

Cabe considerar ainda que cerca de 70% do total arrecadado ao longo dos anos é oriundo das receitas próprias mais as transferências constitucionais (cota-parte do ICMS e do IPVA, FUNDEF, FPM etc.), conforme o Gráfico 4 demonstra.

Entretanto, esse quadro pode mudar. A evolução das operações de crédito, especialmente nos exercícios de 2010, 2011 (liberações de recursos do Banco Mundial relativos à renegociação da dívida) e no ano de 2014 (captação de recursos junto ao BNDES e ao Ministério das Cidades visando à melhoria de infraestrutura viária e mobilidade urbana), pode sinalizar uma tendência, semelhante ao ocorrido nas contas estaduais, de vinculação entre esta receita e os investimentos, motivados em grande parte pela realização da Copa do Mundo de 2014 e pela proximidade das Olimpíadas Rio/2016. O Gráfico 5 apresenta os números.

Em tempo: ao contrário dos municípios da Bacia de Campos, a participação dos royalties nas receitas cariocas é relativamente pequena, em torno de 1%.

Considerações finais

À primeira vista parece que a crise de 2008 ainda não chegou ao município e que apenas este ano de 2015 está impactando os números estaduais. Afinal, as receitas

e despesas continuaram a crescer num ritmo acima do PIB, explicando assim o discurso federal, no momento do estouro, de que era apenas uma *marolinha* (leia-se, Lula, então presidente do Brasil).

O estado do Rio de Janeiro, por já sentir os efeitos da crise, vem adotando medidas de curto prazo para enfrentar a deterioração de sua arrecadação, como a utilização de recursos de depósitos judiciais para capitalização do Rioprevidência e um maior rigor com os contribuintes do ICMS. Ou seja, ações paliativas. Tais encaminhamentos se coadunam às ações federais de curto prazo e que apenas “tentam apagar incêndios” sem enfrentar de fato as graves distorções estruturais em nossa economia. Essa afinidade pode ter fundamento no fato de que o Sr. Joaquim Levy, atual ministro da Fazenda e principal elaborador do ajuste fiscal federal em curso, foi secretário estadual da Fazenda de 2006 a 2010.

Já o município carioca e seus megaeventos esportivos não sinalizam nenhuma medida de atenuação da crise já instalada na economia. Muito pelo contrário, o município continua a seguir o curso de aumento do gasto fundamentado em um crescente endividamento. Tais posturas podem ter os efeitos de uma bomba fiscal em um futuro próximo.

Talvez seja uma utopia pelos moldes de como funciona o sistema capitalista, mas seria necessária uma forma de planejamento de longo prazo da arrecadação e da alocação dos recursos que fosse capaz de preservar os gastos de proteção social – e não diminuí-los, sobretudo em tempos de crise.

Gráfico 3

Evolução dos Investimentos x Operação de Crédito
Jan a Dez - 2008 a 2014



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Estado do RJ. Elaboração FPO.

Gráfico 4

Evolução da Rec. Total, Rec. Tributária e Transferências Governamentais
de Jan a Dez - 2007 a 2014



Fonte: Prestação de Contas 2007-2014. Elaboração FPO.

Gráfico 5

Evolução dos investimentos X Operações de crédito no Município
de Jan a Dez - 2007 a 2014



Fonte: Prestação de Contas 2007-2014. Elaboração FPO.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (fporiodejaneiro@gmail.com 2103-0121 e 2103-0120)

Coordenação: Econ. Luiz Mario Behnken. Assistentes: Est. Camila Bockhorny, Est. Karina Melo, e Est. Mariana Vantine Esta matéria contou com a colaboração dos economistas Fábio Souza Pontes e Karine de Souza Vargas.